

## BOLETIM JURÍDICO

NÚMERO 153 - ABRIL DE 2022

### SUMÁRIO

#### LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis Ordinárias.....	2
Decretos.....	2

#### LEGISLAÇÃO FEDERAL

Leis Ordinárias.....	4
Decretos.....	5

#### PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Portarias.....	6
Pareceres.....	7

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO  
Alisson de Bom de Souza  
PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA  
ASSUNTOS JURÍDICOS  
Sérgio Laguna Pereira

GOVERNO DE  
**SANTA CATARINA**

## LEGISLAÇÃO ESTADUAL

### LEIS ORDINÁRIAS

#### LEI Nº 18.351, 9 DE MARÇO DE 2022

Altera o Anexo I da Lei nº 17.335, de 2017, que “Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para instituir o Dia Estadual de Conscientização sobre a Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA). [\(Inteiro teor\)](#)

#### LEI Nº 18.352, 9 DE MARÇO DE 2022

Altera o Anexo II da Lei nº 17.335, de 2017, que “Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para instituir a Campanha Estadual de Conscientização sobre a Alopecia. [\(Inteiro teor\)](#)

#### LEI Nº 18.353, 9 DE MARÇO DE 2022

Altera o Anexo Único, item 7, referente ao Município de Sombrio, da Lei nº 18.278, de 2021,

que “Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação da Sociedade Beneficente São Francisco de Assis, para Associação Beneficente São Francisco de Assis, de Sombrio. [\(Inteiro teor\)](#)

#### LEI Nº 18.354, 17 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social na rede pública estadual de educação básica. [\(Inteiro teor\)](#)

#### LEI Nº 18.355, 17 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar pelos órgãos e entidades públicas do Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

#### LEI Nº 18.356, 17 DE MARÇO DE 2022

Altera a Lei nº 12.854, de 2003, que “Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais”, para proibir a amarração e/ou o confinamento de animais às margens de rodovias estaduais. [\(Inteiro teor\)](#)

#### LEI Nº 18.357, 17 DE MARÇO DE 2022

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para o fim de declarar de utilidade pública estadual a Associação dos Pais e Amigos dos Autistas de Capinzal (AMA). [\(Inteiro teor\)](#)

## LEGISLAÇÃO ESTADUAL

### DECRETOS

#### DECRETO Nº 1.769, 2 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre o uso de máscara de proteção individual para a faixa etária que menciona e altera o art. 9º do Decreto nº 1.371, de 2021. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 1.772, 2 DE MARÇO DE 2022

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 1.773, 2 DE MARÇO DE 2022

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 1.774, 2 DE MARÇO DE 2022

Homologa situação de emergência nos Municípios que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 1.775, 2 DE MARÇO DE 2022

Homologa situação de emergência nos Municípios que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 1.776, 2 DE MARÇO DE 2022

Estabelece regra de transição relativa ao disposto no § 1º do art. 13 da Lei nº 16.673, de 2015, que dispõe sobre a fusão da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina (AGESC) com a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina (AGESAN), cria a Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC) e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 1.777, 2 DE MARÇO DE 2022

Declara de utilidade pública, para fins de aquisição, por doação ou desapropriação, total ou parcial, amigável ou judicial, os bens imóveis situados dentro da faixa de domínio constante das áreas que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 1.778, 2 DE MARÇO DE 2022

Aprova o Regulamento da Estrutura Organizacional Básica do Departamento de Administração Socioeducativa do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 1.779, 3 DE MARÇO DE 2022

Institui a Rede Catarinense de Centros de Inovação e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 1.780, 3 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre o benefício do passe livre na travessia do Rio Itajaí-Açu, entre os municípios de Itajaí e Navegantes, via ferry boat e/ou balsa. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 1.781, 3 DE MARÇO DE 2022

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 1.782, 4 DE MARÇO DE 2022

Homologa situação de emergência nos Municípios que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 1.783, 4 DE MARÇO DE 2022

Homologa situação de emergência nos Municípios que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 1.784, 4 DE MARÇO DE 2022

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 1.786, 8 DE MARÇO DE 2022

Homologa situação de emergência nos Municípios que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 1.787, 8 DE MARÇO DE 2022

Homologa situação de emergência nos Municípios que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 1.788, 8 DE MARÇO DE 2022

Altera o art. 4º do Decreto nº 559, de 2020, que institui o Programa Rede Laço e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 1.789, 8 DE MARÇO DE 2022

Altera o Decreto nº 1.682, de 2022, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 1.790, 8 DE MARÇO DE 2022

Introduz as Alterações 4.455 a 4.459 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.793, 9 DE MARÇO DE 2022

Regulamenta a exploração e utilização comercial das faixas de domínio e áreas adjacentes às rodovias estaduais e federais delegadas à Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE) e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.794, 12 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre medidas e recomendações sanitárias para fins de enfrentamento da COVID-19 e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.795, 11 DE MARÇO DE 2022

Altera os arts. 4º e 5º do Decreto nº 1.615, de 2021, que flexibiliza o prazo de entrega dos documentos e/ou certidões previstos nos arts. 9º, 10, 11 e 24 do Decreto nº 127, de 2011, a fim de agilizar a celebração de convênios que objetivem aumentar a oferta de procedimentos cirúrgicos eletivos, e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.796, 11 DE MARÇO DE 2022

Regulamenta o inciso III do art. 1º da Lei nº 18.032, de 2020, que dispõe sobre as atividades essenciais no Estado de Santa Catarina, e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.797, 11 DE MARÇO DE 2022

Reduz a área da faixa de domínio das Rodovias Estaduais SC-435 e SC-436 nos trechos que especifica. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.800, 14 DE MARÇO DE 2022

Homologa situação de emergência nos Municípios que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.801, 14 DE MARÇO DE 2022

Homologa situação de emergência nos Municípios que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.802, 14 DE MARÇO DE 2022

Homologa situação de emergência nos Municípios que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.803, 14 DE MARÇO DE 2022

Autoriza o Poder Executivo a realizar aquisição de imóvel no Município de Biguaçu. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.804, 14 DE MARÇO DE 2022

Altera o Anexo Único do Decreto nº 3.390, de 2010, que aprova a distribuição lotacional dos servidores da carreira de Auditor Fiscal da Receita Estadual, integrantes do Quadro Lotacional de Cargos de Provedimento Efetivo da Secretaria de Estado da Fazenda, do Quadro Único de Pessoal da Administração Direta. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.805, 14 DE MARÇO DE 2022

Prorroga o prazo de recolhimento do ICMS, nos termos do art. 36 da Lei nº 10.297, de 1996, na hipótese que especifica. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.806, 14 DE MARÇO DE 2022

Introduz a Alteração 4.460 no RICMS/SC-01. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.807, 14 DE MARÇO DE 2022

Regulamenta a Lei nº 17.891, de 2020, que dispõe sobre o pagamento, por meio de cartão de débito e de crédito, dos débitos decorrentes do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), das multas e demais débitos relativos ao veículo no âmbito do Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.811, 16 DE MARÇO DE 2022

Regulamenta o caput do art. 1º e o caput do art. 4º da Lei nº 17.076, de 2017, que dispõe sobre a proibição do uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que tenham fibras de amianto na sua composição. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.814, 17 DE MARÇO DE 2022

Homologa situação de emergência nos Municípios que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.815, 17 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre os requisitos para a designação de servidores para o exercício das funções de que trata o art. 8º da Lei nº 18.316, de 2021, que altera a Lei nº 6.745, de 1985, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, disciplina o regime jurídico da carreira de Auditor do Estado e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.816, 17 DE MARÇO DE 2022

Aprova o Regimento Interno da Defesa Civil. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.817, 17 DE MARÇO DE 2022

Introduz as Alterações 4.464 a 4.466 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.819, 24 DE MARÇO DE 2022

Altera o Decreto nº 1.387, de 2013, que regulamenta a Publicação Eletrônica da Secretaria de Estado da Fazenda (Pe/SEF), instituída pela Lei nº 14.967, de 7 de dezembro de 2009. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.820, 24 DE MARÇO DE 2022

Reestrutura e regulamenta a Diretoria Estadual de Investigações Criminais (DEIC), e estabelece

outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.822, 25 DE MARÇO DE 2022

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.823, 25 DE MARÇO DE 2022

Homologa situação de emergência nos Municípios que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.824, 25 DE MARÇO DE 2022

Homologa situação de emergência nos Municípios que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.825, 25 DE MARÇO DE 2022

Homologa situação de emergência nos Municípios que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.826, 25 DE MARÇO DE 2022

Altera o Anexo Único do Decreto nº 650, de 2020, que dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.827, 25 DE MARÇO DE 2022

Declara de interesse policial civil e da segurança pública as funções exercidas por policiais civis nos órgãos da Administração Pública Estadual que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.828, 25 DE MARÇO DE 2022

Declara de utilidade pública, para fins de aquisição, por doação ou desapropriação, total ou parcial, amigável ou judicial, os bens imóveis situados dentro da faixa de domínio constante das áreas que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.829, 25 DE MARÇO DE 2022

Altera o art. 4º do Decreto nº 1.793, que regulamenta a exploração e utilização das faixas de domínio e áreas adjacentes às rodovias estaduais e regulamentações delegadas à Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE) e outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.830, 25 DE MARÇO DE 2022

Introduz a Alteração 4.467 no RICMS/SC-01. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.831, 25 DE MARÇO DE 2022

Introduz as Alterações 4.403 a 4.438 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.832, 25 DE MARÇO DE 2022

Introduz as Alterações 4.461 a 4.463 no RICMS/SC-01. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 1.836, 29 DE MARÇO DE 2022

Regulamenta o art. 16 da Lei Complementar nº 780, de 2021, por meio do qual fica a PGE autorizada a representar judicialmente e extrajudicialmente empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado não operacionais ou em processo de extinção, dissolução ou liquidação, bem como a prestar consultoria e assessoramento jurídicos aos representantes legais das referidas entidades. ([Inteiro teor](#))

# LEGISLAÇÃO FEDERAL

## LEIS ORDINÁRIAS

### LEI Nº 14.306, 3 DE MARÇO DE 2022

Institui o Dia Nacional da Síndrome de Down. ([Inteiro teor](#))

### LEI Nº 14.307, 3 DE MARÇO DE 2022

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre o processo de atualização das coberturas no âmbito da saúde suplementar. ([Inteiro teor](#))

### LEI Nº 14.308, 8 DE MARÇO DE 2022

Institui a Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica. ([Inteiro teor](#))

### LEI Nº 14.309, 8 DE MARÇO DE 2022

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para permitir a realização de reuniões e deliberações virtuais pelas organizações da sociedade civil, assim como pelos condomínios edilícios, e para possibilitar a sessão permanente das assembleias condominiais. ([Inteiro teor](#))

### LEI Nº 14.310, 8 DE MARÇO DE 2022

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para determinar o registro imediato, pela autoridade judicial, das medidas protetivas de urgência deferidas em favor da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes. ([Inteiro teor](#))

### LEI Nº 14.311, 9 DE MARÇO DE 2022

Altera a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar o afastamento da empregada gestante, inclusive a doméstica, não imunizada contra o coronavírus SARS-Cov-2 das atividades de trabalho presencial quando a atividade laboral por ela exercida for incompatível com a sua realização em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância, nos termos em que especifica. ([Inteiro teor](#))

### LEI Nº 14.312, 14 DE MARÇO DE 2022

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Programa Habite Seguro); e altera as Leis nºs 8.677, de 13 de julho de 1993, 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 11.124, de 16 de junho de 2005, e 11.977, de 7 de julho de 2009. ([Inteiro teor](#))

### LEI Nº 14.313, 21 DE MARÇO DE 2022

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre os processos de incorporação de tecnologias ao Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a utilização, pelo SUS, de medicamentos cuja indicação de uso seja distinta daquela aprovada no registro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ([Inteiro teor](#))

### LEI Nº 14.314, 24 DE MARÇO DE 2022

Altera a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, para ajustar o período de suspensão da contagem dos prazos de validade dos concursos públicos em razão dos impactos econômicos decorrentes da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da covid-19. ([Inteiro teor](#))

### LEI Nº 14.315, 28 DE MARÇO DE 2022

Confere ao Município de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, o título de Capital Nacional do Chamamé. ([Inteiro teor](#))

### LEI Nº 14.316, 29 DE MARÇO DE 2022

Altera as Leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 13.675, de 11 de junho de 2018, para destinar recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para ações de enfrentamento da violência contra a mulher. ([Inteiro teor](#))

### LEI Nº 14.317, 29 DE MARÇO DE 2022

Altera a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, para modificar a forma de cálculo da Taxa

de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários, e a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976; e revoga dispositivos das Leis nºs 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 9.457, de 5 de maio de 1997, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 11.908, de 3 de março de 2009, e 12.249, de 11 de junho de 2010. ([Inteiro teor](#))

### LEI Nº 14.318, 29 DE MARÇO DE 2022

Altera a Lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999, e a Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, para prever hipóteses de cabimento de utilização de sistema de protocolo integrado judicial de caráter nacional. ([Inteiro teor](#))

### LEI Nº 14.319, 31 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre a transformação de cargos de Defensor Público Federal, para adequação à criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região e ao disposto no § 3º do art. 14 e no art. 19 da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994. ([Inteiro teor](#))

### LEI Nº 14.320, 31 DE MARÇO DE 2022

Institui o Dia Nacional de Conscientização das Doenças Cardiovasculares na Mulher, a ser celebrado no dia 14 de maio. ([Inteiro teor](#))

### LEI Nº 14.321, 31 DE MARÇO DE 2022

Altera a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, para tipificar o crime de violência institucional. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 10.983, 7 DE MARÇO DE 2022**  
Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Arábia Saudita sobre Serviços Aéreos firmado em Brasília, em 14 de abril de 2015. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 10.984, 7 DE MARÇO DE 2022**  
Promulga as Emendas aos Anexos da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios, adotadas pelo Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho da Organização Marítima Internacional. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 10.985, 8 DE MARÇO DE 2022**  
Altera o Decreto nº 10.979, de 25 de fevereiro de 2022, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e dispõe sobre a devolução ficta de automóveis em decorrência da redução das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 10.986, 8 DE MARÇO DE 2022**  
Dispõe sobre o regulamento da reserva da Aero-náutica. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 10.987, 8 DE MARÇO DE 2022**  
Institui o Programa Mães do Brasil. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 10.988, 8 DE MARÇO DE 2022**  
Institui a Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino - Brasil para Elas e o Comitê de Empreendedorismo Feminino. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 10.989, 8 DE MARÇO DE 2022**  
Regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 10.990, 9 DE MARÇO DE 2022**  
Regulamenta o procedimento de ressarcimento à União de recursos dos benefícios do auxílio emergencial, de que tratam os art. 28 e art. 29 da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, nas hipóteses de constatação de irregularidade ou erro material em sua concessão, manutenção ou revisão. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 10.991, 11 DE MARÇO DE 2022**  
Institui o Plano Nacional de Fertilizantes 2022-2050 e o Conselho Nacional de Fertilizantes e Nutrição de Plantas. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 10.992, 14 DE MARÇO DE 2022**  
Prorroga a vigência de convênios e contratos de repasse celebrados por órgãos e entidades da administração pública federal para transferências voluntárias de recursos da União para o Município de Petrópolis, Estado do Rio de Ja-

neiro, e suspende a contagem dos prazos previstos na Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, dos extintos Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Fazenda e da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 10.993, 14 DE MARÇO DE 2022**  
Dispõe sobre as condições para a concessão da Gratificação Temporária Sipam, criada pelo art. 15 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 10.994, 14 DE MARÇO DE 2022**  
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Advocacia-Geral da União, aprova o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Procuradoria-Geral Federal e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 10.995, 14 DE MARÇO DE 2022**  
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 10.996, 14 DE MARÇO DE 2022**  
Altera o Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, que institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 10.997, 15 DE MARÇO DE 2022**  
Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 10.998, 15 DE MARÇO DE 2022**  
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa, remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança, e altera o Decreto nº 5.874, de 15 de agosto de 2006. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 10.999, 17 DE MARÇO DE 2022**  
Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e aos dependentes da Previdência Social no ano de 2022. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.000, 17 DE MARÇO DE 2022**  
Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.001, 17 DE MARÇO DE 2022**  
Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, o imóvel que menciona, localizado no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.002, 17 DE MARÇO DE 2022**  
Regulamenta a Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, e a Medida Provisória nº 2215-10, de 31 de agosto de 2001, para dispor sobre a remuneração dos militares na ativa, os proventos na inatividade e as pensões militares. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.003, 21 DE MARÇO DE 2022**  
Institui a Estratégia Federal de Incentivo ao Uso Sustentável de Biogás e Biometano. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.004, 21 DE MARÇO DE 2022**  
Regulamenta a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.005, 21 DE MARÇO DE 2022**  
Dispõe sobre a qualificação de empreendimento público federal do setor rodoviário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.006, 24 DE MARÇO DE 2022**  
Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão sobre Assistência Administrativa Mútua e Cooperação em Assuntos Aduaneiros, firmado em Brasília, em 14 de setembro de 2017. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.007, 24 DE MARÇO DE 2022**  
Altera a denominação da 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira para 18ª Brigada de Infantaria de Pantanal. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.008, 25 DE MARÇO DE 2022**  
Regulamenta o § 1º do art. 7º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para estabelecer a destinação de bens, direitos e valores cuja perda tenha sido declarada em processos de competência da justiça federal nos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores. [\(Inteiro teor\)](#)

# LEGISLAÇÃO FEDERAL

## DECRETOS

**DECRETO Nº 11.009, 25 DE MARÇO DE 2022**  
Dispõe sobre o Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.010, 28 DE MARÇO DE 2022**  
Altera o Decreto nº 7.984, de 8 de abril de 2013, para dispor sobre os recursos de loterias destinados às entidades desportivas e para dar outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.011, 28 DE MARÇO DE 2022**  
Regulamenta, no âmbito do Ministério da Defesa, o Capítulo V da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o regime de contratação de Auxiliares Locais. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.012, 28 DE MARÇO DE 2022**  
Altera o Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013, para dispor sobre a composição do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.013, 29 DE MARÇO DE 2022**  
Altera o Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021, que regulamenta o Programa Auxílio Brasil. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.014, 29 DE MARÇO DE 2022**  
Aprova o Regulamento do Registro Nacional de Tratores e Máquinas Agrícolas - Renagro, nos termos do disposto no § 4º-A do art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.015, 29 DE MARÇO DE 2022**  
Institui o Plano Nacional de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais e o seu Comitê Gestor. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.016, 29 DE MARÇO DE 2022**  
Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.017, 29 DE MARÇO DE 2022**  
Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, área de terras localizada nos Municípios de Paulo Afonso e Santa Brígida, Estado da Bahia, e no Município de Canindé do São Francisco, Estado de Sergipe. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.018, 30 DE MARÇO DE 2022**  
Altera o Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, para dispor sobre a composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.019, 30 DE MARÇO DE 2022**  
Altera o Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2022. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.020, 30 DE MARÇO DE 2022**  
Altera o Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, para dispor sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.021, 31 DE MARÇO DE 2022**  
Altera o Decreto nº 10.923, de 30 de dezembro de 2021, para alterar a produção de efeitos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.022, 31 DE MARÇO DE 2022**  
Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.023, 31 DE MARÇO DE 2022**  
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro De-

monstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cidadania e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.024, 31 DE MARÇO DE 2022**  
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Relações Exteriores e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.025, 31 DE MARÇO DE 2022**  
Dispõe sobre a qualificação dos estudos para o desenvolvimento do túnel imerso do Porto de Santos no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.026, 31 DE MARÇO DE 2022**  
Altera o Decreto nº 10.312, de 4 de abril de 2020, que amplia, temporariamente, o escopo de multiprogramação com conteúdo específico destinado às atividades de educação, ciência, tecnologia, inovações, cidadania e saúde de entidades executoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educacionais ou de exploração comercial, em razão da pandemia da covid-19. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.027, 31 DE MARÇO DE 2022**  
Regulamenta a comercialização de energia elétrica gerada pela Itaipu Binacional. [\(Inteiro teor\)](#)

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

### PORTARIAS

**PORTARIA GAB/PGE Nº 64/2022**  
**07.03.2022**

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelos incisos I e XXI do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e pelo art. 2º do Decreto nº 1.682, de 19 de janeiro de 2022;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar Giselle Abatti, matrícula nº

958185-5-02, para o exercício da Função de Chefia - Assistente, nível FC-2, da Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 1º de março de 2022.

**SÉRGIO LAGUNA PEREIRA**

**Procurador-Geral do Estado, designado**

**PORTARIA GAB/PGE Nº 65/2022**  
**07.03.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no exercício de suas atribuições legais e, considerando as competências delegadas por meio da Portaria GAB/PGE 049/21,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar ANDRÉ LUIZ DA SILVA, 3º Sar-

## PORTARIAS

gento PM RR, matrícula 920.917-4, a conduzir veículo oficial pertencente à frota da Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**EDERSON PIRES**

**Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos**

### **PORTARIA GAB/PGE Nº 66/2022**

**16.03.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no exercício de suas de atribuições legais e, considerando as competências delegadas por meio da Portaria GAB/PGE 049/21,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar CASSANDRA HELENA FAES, Arquiteta, matrícula 634.441-0-01, a conduzir veículo oficial pertencente à frota da Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**EDERSON PIRES**

**Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos**

### **PORTARIA GAB/PGE Nº 67/2022**

**16.03.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no exercício de suas de atribuições legais e, considerando as competências delegadas por meio da Portaria GAB/PGE 049/21,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar ADEILTON ANTONIO SILVA CELESTINO, Engenheiro, matrícula 634.442-9-01, a conduzir veículo oficial pertencente à frota da Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**EDERSON PIRES**

**Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos**

### **PORTARIA GAB/PGE Nº 68/2022**

**25.03.2022**

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 7º, incisos I e II da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e, considerando o disposto no art. 6º da Portaria GAB/PGE 045/20, de 22 de julho de 2020,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica alterada a composição da Comissão de Avaliação e Desempenho dos empossados em decorrência da aprovação no 9º Concurso Público para ingresso na carreira de Procurador do Estado, de que trata a Portaria GAB/PGE 049/20, passando a ser composta pelos Procuradores do Estado VITOR ANTONIO MELLILO, matrícula nº 0232741-4-01, QUEILA DE ARAUJO DUARTE VAHL, matrícula nº 0319671-2-01 e GIAN MARCO NERCOLINI, matrícula nº 0281034-4-01.

Parágrafo único. Ficam designados como suplentes os Procuradores do Estado GIOVANNI AGUIAR ZASSO, matrícula nº 0378623-4-01 e ELIZABETH HINNIG LECEY, matrícula nº 0950310-2-01.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALISSON DE BOM DE SOUZA**

**Procurador-Geral do Estado**

# PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

## PARECERES

### **PARECER Nº 77/2022**

**Referência:** PGE 240/2022.

**Assunto:** Contratação de empresa especializada em serviços gráficos, impressão, acabamento, embalagem e entrega de material para atender demanda do Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina – CEST/PGE/SC.

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado.

**Interessado:** Centro de Estudos da PGE/SC – CEST/PGE.

**Autor:** Evandro Régis Eckel

**Ementa:** Direito Administrativo. Licitações e contratos. Pregão Eletrônico para contratação de serviços de preparação, impressão e acabamento gráfico de materiais da PGE/SC. Revista Comemorativa “PGE 40 anos - Direito à História”. Análise de minuta do edital e do contrato. Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/2002. Lei Estadual nº 12.337/2002 e Decreto Estadual nº 2.617/2009. Regularidade do procedimento. Atendimento dos requisitos legais. Possibilidade de prosseguimento do certame licitatório.

### **PARECER Nº 78/2022**

**Referência:** SCC 20569/2021

**Assunto:** Diligência sobre o Projeto de Lei nº

0363.3/2021 que “Institui a Política de Promoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável no Estado de Santa Catarina”.

**Origem:** Casa Civil (CC)

**Interessado:** Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC)

**Autor:** Rodrigo Diel de Abreu

**Ementa:** Diligência. Projeto de Lei nº 0363.3/2021 que “Institui a Política de Promoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável no Estado de Santa Catarina”. Iniciativa parlamentar. Possibilidade. Incompatibilidade parcial entre o projeto de lei e o Estatuto Político. Inconstitucionalidade formal orgânica (vício de iniciativa). Competência privativa da União para legislar sobre atos de improbidade administrativa (art. 37, §4º, CRFB). Lei Federal nº 8.429/92. Âmbito nacional.

### **PARECER Nº 79/2022**

**Referência:** PGE 609/2022

**Assunto:** Despesa de Exercícios Anteriores - Reajuste de valor do Contrato de Locação nº 014/2020, pagamento de despesa extraordinária no importe de R\$ 566,67 (período de 17/12/2021 a 31/12/2021).

**Origem:** Diretoria de Administração da Procura-

doria-Geral do Estado (DIAD/PGE).

**Interessada:** Administradora de Bens Isabela Ltda.

**Autor:** Rodrigo Diel de Abreu

**Ementa:** Solicitação de análise acerca da viabilidade jurídica de efetuar o pagamento retroativo de valor referente à reajuste anual do contrato de locação nº 014/2020 (período de 17/12/2021 a 31/12/2021). Despesa de Exercícios Anteriores. Requisitos verificados. Remessa à autoridade competente para apreciação e concessão de eventual autorização.

### **PARECER Nº 81/2022**

**Referência:** PGE 532/2022.

**Assunto:** 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 013/2021-PGE.

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

**Interessado:** Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC).

**Autora:** Fernanda Donadel da Silva

**Ementa:** Administrativo. Licitações e contratos. Análise de minuta do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 013/2021-PGE. Prorrogação do prazo de vigência contratual. Prestação de serviços contínuos. Art. 57, II e §2º, da Lei nº 8.666/1993.

PARECERES

**PARECER Nº 82/2022**

**Referência:** SED 00034978/2022

**Assunto:** Viabilidade de implementação em ano eleitoral do programa “Bolsa-Estudante”

**Origem:** Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED)

**Autor:** André Filipe Sabetzki Boeing

**Ementa:** Consulta acerca da viabilidade de implementação em ano eleitoral do programa “Bolsa-Estudante”, instituído pela Lei estadual nº 18.338/2022, mediante a edição de Decreto. 1. Não incidência da conduta vedada prevista no art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/1997. Impossibilidade de chancela de omissão inconstitucional em ano eleitoral. Distinção entre gastos com a manutenção dos serviços públicos e criação de programa assistencial de cunho oportunista. Vinculação do programa Bolsa-Estudante com a concretização do direito fundamental à educação. Estabelecimento, ademais, de critérios técnicos pelo legislador. Existência de contrapartida pelos alunos. Aplicação das razões de decidir do Recurso Especial Eleitoral nº 55547. 2. Possibilidade da edição de Decreto. Necessidade, porém, de (i) garantia da fiel execução da legislação de regência; (ii) ausência de veiculação de publicidade institucional nos três meses que antecedem o pleito; e (iii) veiculação de publicidade institucional, no período permitido, em estrita observância ao comando inserto no § 1º do art. 37 da CRFB, de modo impessoal e sem eventos presenciais (ou que de qualquer modo individualizem agentes públicos).

**PARECER Nº 83/2022**

**Referência:** SCC 1087/2022

**Assunto:** Consulta jurídica sobre execução das emendas parlamentares impositivas estaduais no presente exercício financeiro, no contexto das vedações de condutas em ano eleitoral, conforme disposições da Lei nº 9.504/97.

**Origem:** Casa Civil (CC)

**Interessado:** Central de Atendimento aos Municípios (CAM)

**Autor:** Evandro Régis Eckel

**Ementa:** Direito Constitucional, Administrativo e Eleitoral. Transferência de Recursos a entidades privadas sem fins lucrativos Período Eleitoral. 1. Emendas parlamentares impositivas (EPI) Natureza de transferência voluntária. Entendimento do Tribunal de Contas da União. Pareceres n. 442/219 e 513/20, desta COJUR. Condutas vedadas aos agentes públicos nas campanhas eleitorais, previstas no art. 73 da Lei nº 9.504/97. Transferências, decorrentes de emendas parlamentares impositivas, a pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, no ano eleitoral. Inaplicabilidade, na espécie, da restrição constante do art. 73, VI, “a”, adstrita aos repasses às

transferências entre entes públicos. Precedente do TSE no RO-EI 0600384-25.2018.6.27.0000-TO (2021). Convênios e parcerias de mútua cooperação, com previsão de contrapartida. Ausência de distribuição gratuita. Art. 73, § 10. Possibilidade de execução em ano eleitoral. 2. Viabilidade de realização de transferências voluntárias de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos desde que não configurem distribuição puramente graciosa e ocorram no bojo de convênios ou parcerias de mútua cooperação, em que haja contrapartida, não necessariamente financeira. Situações que não se amoldam ao contido no § 10 do art. 73 (vedação de distribuição gratuita de bens em todo ano eleitoral). Manual de Comportamento dos Agentes Públicos da Administração Estadual – Eleições 2022. Prejulgado 2188 do TCE-SC. Necessárias cautelas e ressalvas acerca de eventual uso promocional ou abuso do poder político, em reverência aos princípios constitucionais da moralidade, da impessoalidade e da isonomia. Observância do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**PARECER Nº 85/2022**

**Referência:** SED 26174/2019

**Assunto:** Retorno de servidor em disposição à unidade de origem.

**Origem:** Secretaria de Estado da Educação (SED)

**Autor:** Tarcio Aurélio Monteiro de Melo

**Ementa:** Disposição de servidor por necessidade do serviço. Natureza de movimentação temporária, condicionada à manutenção dos requisitos que a ensejaram. Concessão do afastamento para aguardar a aposentadoria. Esvaziamento do ato de disposição. Retorno de servidor à unidade lotacional de origem.

**PARECER Nº 87/2022**

**Referência:** PGE 894/2022

**Assunto:** Pagamento de Despesa de Exercício Anterior, referente ao reajuste anual (2021) do Contrato de locação nº 025/2017.

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

**Interessado:** Construpetro Empreendimentos Imobiliários Ltda.

**Autor:** Tarcio Aurélio Monteiro de Melo

**Ementa:** Contrato de locação nº 025/2017. Análise acerca da possibilidade de efetuar o pagamento da retribuição à conta de Despesa de Exercício Anterior. Art. 37 da Lei Federal nº 4.320/1964. Viabilidade jurídica, desde que observados os requisitos previstos no art. 44, §1º, I a V, do Decreto Estadual nº 1.506/2021.

**PARECER Nº 88/2022**

**Referência:** SCC 3596/2022

**Assunto:** Autógrafo do Projeto de Lei n. 47/2021

**Origem:** Casa Civil (CC)

**Interessado:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

**Autor:** Evandro Régis Eckel

**Ementa:** Autógrafo. Projeto de Lei nº 47/2021, que “Altera a Lei nº 12.854, de 2003, que ‘Institui o Código Estadual de Proteção de Animais’, para proibir a amarração e/ou o confinamento de animais às margens de rodovias estaduais”. Inexistência de vício de iniciativa. Matéria que não se insere dentre aquelas de competência privativa do Governador do Estado (CESC, art. 50, § 2º). Competência concorrente para legislar sobre fauna e proteção do meio ambiente (CRFB, art. 24, VI e VIII). Prevenir e combater práticas que submetam a crueldade os animais, selvagens ou domésticos, constitui um dos deveres fundamentais do Poder Público em todas as esferas. CRFB, art. 225, § 1º, VII, da CRFB; CESC, art. 183, II, VII e IX. Ausência de vícios de inconstitucionalidade.

**PARECER Nº 90/2022**

**Referência:** SIE 29609/2021

**Assunto:** Análise possibilidade reajuste e reequilíbrio nos termos de convênio

**Origem:** SIE/ACONV

**Interessado:** SIE

**Autora:** Flávia Baldini Kemper

**Ementa:** Direito administrativo. Convênios. Consulta sobre a possibilidade de concessão de reequilíbrio econômico-financeiro em convênios celebrados. Objeto do convênio que corresponde ao seu produto. Repasse de recursos que configura mera instrumentalização. Primazia do interesse público. Contratos celebrados pelos convenientes e seus fornecedores sob a regência da Lei nº 8.666/1993, que expressamente autoriza o reequilíbrio econômico-financeiro. Interpretação de normas jurídicas. Arts. 20 e 22 da Lei nº 13.655/2018 (LINDB). Possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro dos convênios. Formalização por termo aditivo ou apostilamento. Metodologia definida pela área técnica. Sugestão de elaboração de Instrução Normativa para orientar análise. Relevância e potencial multiplicador da controvérsia. Encaminhamento à Consultoria Jurídica Central da PGE.

**PARECER Nº 91/2022**

**Referência:** SCC 3623/2022

**Assunto:** Autógrafo de Projeto de Lei nº 225.5/2020

**Origem:** Casa Civil (CC)

**Interessado:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

**Autora:** Fernanda Donadel da Silva

**Ementa:** Autógrafo. Projeto de Lei nº 225.5/2020, que “dispõe sobre a aquisição de gêneros ali-



PARECERES

mentícios da agricultura familiar pelos órgãos e entidades públicas do Estado de Santa Catarina”. Matéria atinente a licitações. Competência privativa legislativa da União (art. 22, XXVII, da CRFB). Competência dos Estados-membros para suplementar a legislação federal consoante a jurisprudência do STF. Decreto Federal nº 8.473/2015 com previsão similar. Competência administrativa dos Estados para fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar, bem como de combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos (art. 23, VIII e X, da CRFB). Poder de compra estatal como instrumento de promoção de políticas públicas. Inexistência de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Ausência de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade. Submissão da matéria ao CONSUP em razão da divergência em relação ao Parecer nº PAR 052/19-PGE (art. 20, VI, “b”, da Lei Complementar Estadual nº 317/2005).

**PARECER Nº 92/2022**

**Referência:** PGE 569/2022

**Assunto:** Aquisição de licença anual da plataforma Banco de Preços.

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

**Autor:** Rodrigo Diel de Abreu

**Ementa:** Direito Administrativo. Aquisição de assinatura de licença anual da plataforma Banco de Preços. Fornecedor exclusivo. Inviabilidade de competição. Preço compatível com o mercado. Inexigibilidade de licitação. Art. 25, caput, e inciso I da Lei nº 8.666/1993. Regularidade da contratação direta. Possibilidade.

**PARECER Nº 95/2022**

**Referência:** SCC 3570/2022

**Assunto:** Autógrafo do Projeto de Lei n. 133/2019.

**Origem:** Casa Civil (CC)

**Interessado:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

**Autor:** Silvio Varela Júnior

**Ementa:** Autógrafo de Projeto de Lei nº 133/2019. PL de iniciativa parlamentar. Criação de encargo para o Poder Executivo. Matéria de iniciativa do Governador do Estado. Ofensa ao princípio da separação dos Poderes do Estado – art. 32, da Constituição Estadual. Vício de inconstitucionalidade. Recomendação de veto total.

**PARECER Nº 96/2022**

**Referência:** SCC 00000116/2022

**Assunto:** Manifestação sobre minuta de decreto.

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil de

Santa Catarina (SCC)

**Interessado:** Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED).

**Autora:** Julia Esteves Guimarães

**Ementa:** Processo Legislativo. Minuta de Decreto. Regulamentação da Lei nº 18.303/2021. Programa de distribuição gratuita de absorventes higiênicos para estudantes de baixa renda em ciclo menstrual matriculadas na rede pública estadual de ensino. Constitucionalidade. Legalidade. Regularidade formal. Decreto estadual nº 2.382/2014. Viabilidade de implementação em ano eleitoral. Não incidência da conduta vedada prevista no art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/1997. Impossibilidade de chancela de omissão inconstitucional em ano eleitoral. Distinção entre gastos com a manutenção dos serviços públicos e criação de programa assistencial de cunho oportunista. Vinculação do programa de distribuição de absorventes com a concretização do direito fundamental à educação das estudantes em situação de “pobreza menstrual”. Existência de critérios técnicos e contrapartida pelas alunas. Decreto que visa a fiel execução da legislação de regência. Necessidade, porém de: (ii) ausência de veiculação de publicidade institucional nos três meses que antecedem o pleito; e (ii) veiculação de publicidade institucional, no período permitido, em estrita observância ao comando inserto no § 1º do art. 37 da CRFB, de modo impessoal e sem eventos presenciais (ou que de qualquer modo individualizem agentes públicos).

**PARECER Nº 97/2022**

**Referência:** PGE 532/2022.

**Assunto:** 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 013/2021-PGE.

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

**Interessado:** Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC).

**Autora:** Fernanda Donadel da Silva

**Ementa:** Administrativo. Licitações e contratos. Reanálise da minuta do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 013/2021-PGE relativamente à Cláusula Segunda intitulada “Reajuste dos Valores”. Solicitação do contratado. Previsão na Cláusula Quinta do contrato original do índice a ser aplicado no eventual reajuste. Necessidade de prévia autorização da autoridade competente. Art. 1º, X, da Resolução GGG nº 006/2021. Aprovação com ressalvas.

**PARECER Nº 98/2022**

**Referência:** SCC 3028/2022

**Assunto:** Referente à consulta para lançamento do programa comercial “Bonificação GNV”.

**Origem:** Casa Civil (CC)

**Autores:** André Doumid Borges e Evandro Ré-

gis Eckel

**Ementa:** Direito Eleitoral. Condutas vedadas aos agentes públicos em ano eleitoral. Lei n. 9.504/97, art. 73 e ss. Ente da Administração Pública Indireta. Companhia de Gás de Santa Catarina. SCGÁS. Publicidade em geral. Necessidade de respeito às limitações contidas no art. 73, VII, da Lei Eleitoral e, para as estatais, no art. 93, caput e §§ 1º e 2º da Lei nº 13.303/2016. Vedação total de publicidade dos entes e órgãos da Administração Pública Direta e Indireta nos 3 (três) meses que antecedem ao pleito eleitoral. Art. 73, VI, “b”. Lançamento do Programa Comercial “Bonificação GNV”. Propaganda de produtos com concorrência no mercado. Possibilidade, desde que não seja o caso de monopólio e não ocorra mera autopromoção da empresa, devendo a propaganda ser voltada a determinado produto e permitir a clara compreensão sobre sua concorrência em mercado. TSE, RP n. 77.873 e n. 82.802. Exceção prevista no art. 73, inciso VI, “b”, parte inicial, da Lei Eleitoral. Cautelas. CRFB, art. 37, § 1º, e Lei n. 9.504/97, art. 74. Ausência de distribuição gratuita de bens ou benefícios. Distribuição condicionada à instalação de kit GNV. Relevante onerosidade ao cliente/beneficiário. Inaplicabilidade do § 10 do art. 73 da Lei das Eleições. Proibição de uso promocional pessoal do programa e de seu lançamento na mídia, mesmo anteriormente aos 3 (três) meses que antecedem o pleito.

**PARECER Nº 99/2022**

**Referência:** SES 141343/2021

**Autora:** Elisângela Strada

**Ementa:** Direito Administrativo. Servidor Público caráter temporário. Concessão de licença à mãe não gestante em união estável homoafetiva, cuja companheira realizou inseminação artificial. Fundamentos, objetivos e princípios constitucionais. Possibilidade, no prazo equivalente ao da licença-paternidade (08 dias).

**PARECER Nº 102/2022**

**Referência:** PGE 454/2022

**Assunto:** Regulamentação do art. 16 da Lei Complementar nº 780, de 23 de dezembro de 2021, que trata da representação judicial e extrajudicial das empresas públicas e sociedades de economia mista não operacionais.

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

**Autor:** André Doumid Borges

**Ementa:** Análise de minuta de decreto que regulamenta o art. 16 da Lei Complementar nº 780, de 23 de dezembro de 2021, o qual autoriza a Procuradoria-Geral do Estado a representar judicialmente e extrajudicialmente empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado não operacionais ou em processo de

PARECERES

extinção, dissolução ou liquidação, bem como prestar consultoria e assessoramento jurídicos aos representantes legais das referidas entidades. Legalidade e constitucionalidade.

**PARECER N° 103/2022**

**Referência:** PGE 4557/2020.

**Assunto:** Despesa de Exercícios Anteriores - Requerimento de pagamento de ajuda de custo.

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

**Interessado:** Rafael do Nascimento.

**Autor:** Rodrigo Diel de Abreu

**Ementa:** Análise acerca da possibilidade de efetivar o pagamento de valores retroativos devidos ao Procurador do Estado. Parcela indenizatória - Ajuda de custo. Complementação da base de cálculo do valor devido. Despesa de Exercícios Anteriores. Requisitos verificados. Remessa à autoridade competente para apreciação e concessão de eventual autorização.

**PARECER N° 110/2022**

**Referência:** SCC 5294/2022

**Assunto:** Autógrafo ao Projeto de Lei nº 247.0/2019

**Origem:** Casa Civil (CC)

**Interessado:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

**Autora:** Letícia Arantes da Silva

**Ementa:** Autógrafo. Projeto de Lei nº 247/2019 que "Dispõe sobre o dever das operadoras de planos de saúde de informarem ao usuário/consumidor, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, eventuais descredenciamentos, de suas redes de profissionais e pessoas jurídicas, prestadores de serviço de atenção à saúde, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências". Competência concorrente para legislar sobre consumo e responsabilidade por dano ao consumidor (art. 24, incisos V e VIII da CF/88 e art. 10, V e VII, da CE/SC). Proposição que não veicula disciplina relativa à ordenação normativa dos contratos de planos privados de assistência à saúde. Inexistência de invasão da competência privativa da União para legislar sobre direito civil. Inexistência de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo. Defesa do consumidor. Direito básico à informação. Art. 6º, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor. Compatibilidade material com a Constituição Federal e Estadual. Ausência de óbices jurídicos à sanção governamental.

**PARECER N° 111/2022**

**Referência:** SCC 5337/2022

**Assunto:** Autógrafo do Projeto de Lei nº 0105/2021.

**Origem:** Casa Civil (CC)

**Interessado:** Assembleia Legislativa do Estado

de Santa Catarina (ALESC)

**Autor:** Silvio Varela Junior

**Ementa:** Autógrafo. Projeto de Lei nº 105/2021, que "Altera a Lei nº 12.854/2003, que dispõe sobre o Código Estadual de Proteção de Animais, a fim de proibir a realização de tatuagens e/ou a colocação de piercings em animais, com finalidade estética. Inexistência de vício de iniciativa. Matéria que não se insere dentre aquelas de competência privativa do Governador do Estado (art. 50, § 2º, da CE). Competência concorrente para legislar sobre fauna e proteção do meio ambiente (art. 24, VI e VIII, da CF). Prevenir e combater práticas que submetam à crueldade os animais, selvagens ou domésticos, constitui um dos deveres fundamentais do Poder Público em todas as esferas, conforme o art. 225, § 1º, VII, da CF; e o art. 182, II, VII e IX, da CE. Ausência de vícios de inconstitucionalidade.